

O ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO E NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: ENTRE AS CIÊNCIAS E AS HUMANIDADES. O CASO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS/RJ (1880-1930)

Silvia Alicia Martínez

Maria Amelia de Almeida Pinto Boynard

Resumo

Vinculado a uma pesquisa maior que estuda a trajetória do Liceu de Humanidades de Campos (LHC), instituição pública de ensino secundário do Estado do Rio de Janeiro, o trabalho se centra no período 1880-1930. Três aspectos principais articulam o texto: os regulamentos e as normas expedidos pelos órgãos da administração, que configuram, no tempo, a estrutura e o funcionamento da instituição; as práticas, que operacionalizam -ou não- o que a legislação sugere; e a materialidade dessas práticas, que configura os suportes de circulação do ideário pedagógico da época. As fontes indicam que até 1930 o LHC preocupou-se com o desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais, sem, contudo, abandonar o ensino das humanidades, que se tornou a marca da cultura da instituição e da cidade.

Palavras-chave: Ensino Secundário; Cultura Material Escolar; Práticas; Organização Curricular.

THE SECONDARY TEACHING IN THE LAST DECADE OF THE BRAZILIAN MONARCHY AND IN THE EARLY REPUBLICAN GOVERNMENT: BETWEEN SCIENCES AND HUMANITIES, THE LYCEUM OF HUMANITIES OF CAMPOS/RJ (1880-1930)

Abstract

The work is linked to a major research focusing the journey of a public institution for secondary teaching in the State of Rio de Janeiro, the Lyceum of Humanities of Campos (LHC), from its origins (1880) until 1930. Three aspects are articulated in the text: the regulations and ordinances issued by the administrative authorities, which shape the structure and functioning of the institution; the practices that operate what the rules and assizes suggest; the materialization of these practises, shaping the classic pedagogical idealism of the era. The sources indicate that up to the

decade of 1930 the LHC had as its main objective the development of Physics and Natural Sciences, though without neglecting the teaching of humanities, which characterizes the cultural trend of the institution and the city.

Keywords: Secondary Teaching; Scholastic Material Culture; Practises; Curricular Organization.

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA DURANTE EL IMPÉRIO Y LA PRIMERA REPÚBLICA EN BRASIL: ENTRE LAS CIENCIAS Y LAS HUMANIDADES. EL CASO DEL LICEO DE HUMANIDADES DE CAMPOS/RJ (1880-1930)

Resumen

Vinculado a investigación más amplia que estudia la trayectoria del Liceo de Humanidades de Campos (LHC), institución pública de enseñanza secundaria del Estado de Río de Janeiro, el trabajo se centra en el periodo 1880-1930. Tres aspectos principales articulan el texto: los reglamentos y las normas expedidos por órganos administrativos, que configuran la estructura y el funcionamiento de la institución; las prácticas, que operan -o no- lo que la legislación sugiere; y la materialidad de esas prácticas, que configura los soportes de circulación del ideario pedagógico de la época. Las fuentes indican que hasta 1930 el LHC se preocupó con el desarrollo de las Ciencias Físicas y Naturales, sin abandonar la enseñanza de las humanidades, que marcó la cultura institucional y de la ciudad.

Palabras clave: Enseñanza Secundaria; Cultura Material Escolar; Prácticas; Organización Curricular.

L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE SOUS L'EMPIRE ET LA PREMIÈRE REPUBLIQUE AU BRÉSIL: ENTRE LES SCIENCES ET LES HUMANITÉS. LE CAS DU LYCÉE D'HUMANITÉS DE CAMPOS/RJ – BRÉSIL (1880-1930)

Résumé

Attaché à une recherche plus longue en étudiant le trajet du Lycée d'Humanités de Campos (LHC), une institution publique d'enseignement-secondaire à Rio de Janeiro (Brésil), CET ouvrage-ci se concentre dans la période 1880-1930. Trois aspects principaux articulent le texte: les règlements et les normes expédiés par les organes administratifs lesquels configurent, à l'époque, la structure et le fonctionnement de la institution; les pratiques, qui mettent ou ne mettent pas en oeuvre ce que la législation suggère; et la matérialité de ces pratiques-là, lesquelles configurent les supports de circulation des idées pédagogiques de l'époque. Les sources indiquent que, jusque 1930 le LHC s'est préoccupé avec le développement des Sciences

Physiques et Naturelles, sans abandonner, néanmoins, l'enseignement des Humanités, qui est devenu la marque de la culture de l'institution et de la ville.

Mots-clés: enseignement secondaire; culture matérielle scolaire; pratiques; organisation scolaire.

Introdução

Os estudos que abordam o ensino secundário no Brasil exploram, na maior parte dos casos, o “Imperial Collegio de Pedro Segundo”, por ter sido esta a instituição que, localizada na capital do Brasil, foi criada para, além dos seus objetivos específicos de formação das elites políticas, servir como modelo para o ensino secundário no território do Império, dando continuidade a esta finalidade ainda durante a denominada República Velha, então sob variadas denominações, dentre elas a de *Gymnasio Nacional*¹.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nos últimos anos, a pesquisa sobre a escola vem se centrando no estudo de sua cultura, por compreender que esta estabelece práticas que geram características que lhe são próprias, para além do denominado *modelo* ou *forma* escolar, que constitui o *genérico* escolar. A abordagem sobre os particulares das escolas reporta a um número significativo de documentos anteriormente negligenciados pela pesquisa educacional; são documentos produzidos no interior da própria instituição, ou a ela direcionados, que dão conta do dia-a-dia escolar e representam um cotidiano cheio de ações, práticas e contradições.

Esse olhar atento para o interior das culturas escolares permite identificar, no Brasil, um número significativo de instituições de ensino secundário que serviram para a formação das elites locais e que, se bem seguiam os lineamentos gerais do Colégio Pedro II, construíram histórias singulares e importantes: é o caso do Liceu de Humanidades de Campos (LHC)², no estado do Rio de Janeiro.

¹ De 1892 a 1898.

² Atualmente o LHC ministra o Ensino Fundamental da 5ª à 8ª série (antigo curso ginasial), o Ensino Médio (antigo Ensino Secundário) e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (antigo ensino Supletivo). Possui

O LHC é considerado, no cenário educacional regional, uma “escola exemplar” por ter se constituído em referência de qualidade de ensino e de formação de líderes na cidade. A cidade, hoje denominada Campos dos Goytacazes³, antigo e importante centro econômico, cultural e político da região norte fluminense, foi cenário de luta pelo ensino secundário oficial. Já nas décadas finais do século XIX, uma nova fração social começou a se destacar: comerciantes, industriais, profissionais liberais, funcionários públicos e intelectuais, grande parte com forte inserção na Maçonaria, lutou por mudanças que envolviam a instrução pública, dentre elas a criação de um Liceu.

A criação do LHC remonta a 22 de novembro de 1880. A instalação em prédio próprio, a 1884. O recorte temporal do presente estudo abrange as origens e avança até o final da Primeira República (1930), quando o ensino secundário é organizado em novas bases.

Na tentativa de contribuir com a compreensão desse nível de ensino, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, a partir, principalmente, da análise de fontes documentais escritas oriundas do Arquivo Histórico do LHC -arquivo escolar em processo de organização no bojo da mesma pesquisa⁴- três aspectos principais se articulam: os regulamentos e as normas expedidos por órgãos da administração pública, que configuram, no tempo, a estrutura e o funcionamento da instituição; o currículo escolar que, no período estudado, sofreu alterações; as práticas que operacionalizam – ou

aproximadamente 2900 alunos, 250 professores e 50 funcionários (Fonte: Secretaria do LHC, abril/2008).

³ A Villa de São Salvador dos Campos e sua Câmara Municipal datam de 1633, sendo que em 1835 foi elevada á categoria de cidade. Marcada, em suas origens, pela criação de gado e cultura canavieira, Campos dos Goytacazes foi um importante centro urbano, a partir do qual se constituiu, inclusive, a maioria dos municípios da região norte fluminense. Hoje tem sua economia baseada nas culturas originárias e na exploração de petróleo.

⁴ A respeito ver MARTINEZ, S.A. (2007).

não- o que a legislação sugere, e a materialidade dessas práticas, que configura os suportes de circulação do ideário pedagógico da época.

São escassos e recentes os trabalhos científicos que abordam a história do LHC, e a memória institucional resgata, através das gerações, a importância da instituição na formação de “homens de letras”, que acabaram ocupando lugares de destaque em diversas áreas, como na política, não só na região, mas na sociedade brasileira como um todo. Essa memória, ligada às humanidades, que por sua parte faz jus ao próprio nome da instituição, se justifica, principalmente, pelo expressivo número de liceístas dedicados a atividades ligadas ao jornalismo, literatura e direito.

Entretanto, a análise cuidadosa de fontes produzidas na escola, de documentos recebidos e enviados de/para órgãos da administração pública estadual, de correspondência com familiares de candidatos aos cursos do LHC, de quadros-horários, lista de livros e relatórios de professores, dentre outros, nos permite concluir que, desde o início da República, as ciências físicas e biológicas passaram a conquistar importante espaço na cultura escolar da instituição:

Nessas idéias centra-se o presente trabalho que busca refletir, inicialmente, o papel exercido pelo colégio modelo do ensino secundário brasileiro, o Pedro II, nos movimentos de conformação da mais importante instituição do tipo, no interior do estado do Rio de Janeiro, na Primeira República, assim como as determinações legais e as suas repercussões na instituição. Posteriormente, serão aprofundados alguns aspectos da cultura da instituição, enfatizando-se a questão curricular e a materialidade de algumas das práticas que se realizavam no cotidiano do educandário.

O ensino secundário, o Colégio Pedro II e o Liceu de Humanidades de Campos: equiparação e outras relações

O “Imperial Collegio de Pedro Segundo” foi instituído para ser o ‘colégio-padrão’ do ensino secundário oficial no Município da Corte. Dele advinham modelos para as aulas avulsas, para os liceus e estabelecimentos particulares das províncias, que procuravam seguir seus programas e métodos, irradiando, assim, para todo o território do império e depois para a república, idéias educacionais e modelos pedagógicos. Tendo sua origem no Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739, transformou-se em Instituto de Ensino Secundário em 1837, como única Instituição a realizar exames de ingresso nos cursos superiores.

Cunha (2003) explicita que, desde 1808, os candidatos aos cursos superiores no Brasil estiveram condicionados à aprovação nos ‘exames de preparatórios’ prestados no próprio estabelecimento superior desejado. No Império, durante muito tempo, esses exames foram realizados somente na Corte, para onde os candidatos de todas as províncias do país precisavam se dirigir.⁵ Com o advento da República, aumentou a demanda de acesso aos cursos superiores, o que acabou provocando pressões para que outras instituições secundárias também pudessem possibilitar o ingresso a esses cursos (LLOPIS, 2006).

Na trajetória do LHC, desde suas origens até o final da década de 1930, verifica-se forte influência do Colégio Pedro II, antes até de efetivado o instituto da equiparação do primeiro ao segundo, em 1901.

⁵ Pelo Ato Adicional de 1834 competia às províncias legislar sobre a instrução primária e secundária. Contraditoriamente, o governo imperial exerceu ação reguladora no setor, com os *exames de preparatórios* e a criação da necessidade de *equiparação*.

O primeiro indício dessa influência pode ser atribuído à escolha e aquisição, em 1883, de um imóvel para instalar, convenientemente, o recém criado Liceu de Humanidades de Campos. Descrição de Llopis (2006, p. 188) sobre o suntuoso Salão Nobre do Colégio Pedro II, onde os bacharéis em letras, os doutores em medicina e as turmas de graduados recebiam seus diplomas, permite que se tome por hipótese que a arquitetura desse prédio inspirou a escolha de um edifício “aristocrático”, a residência do Barão da Lagoa Dourada⁶, também possuidor de rico Salão Nobre e de outros requintes, para alicerçar o ansiado projeto educacional da intelectualidade campista.

Outros dados, já comprovados, também determinam as relações vividas entre o Colégio Padrão do Império e Primeira República do Brasil, e seu congênere fluminense.

A primeira tentativa frustrada de equiparação entre o LHC e o Colégio Pedro II aconteceu na década de 1890. Posteriormente, no ano de 1894 uma notícia importante foi recebida pelas autoridades da instituição: um Ofício do Diretor da Instrução Pública, Alberto de Oliveira, ao Diretor do Liceu, Dr. Joaquim Ribeiro de Castro, em 26 de março, comunicava que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores passara a considerar válidos os exames prestados no Liceu para matrícula nos cursos superiores.⁷

Na realidade, porém, só em 1901 efetivou-se a esperada equiparação. Esse processo exigiu, para o LHC, investimentos nem sempre conseguidos em sua totalidade: faltavam à instituição verbas para conveniente adaptação do prédio, originalmente residencial; para a compra de móveis e materiais de Laboratórios de Física, Química e História Natural; havia, ainda, dificuldade

⁶ A respeito ver MORAES, N.F.R. de. 2006 e MARTÍNEZ; BOYNARD; GANTOS, 2006.

⁷ Decreto n.º. 1389 de 21/02/1893 e Circular do Ministério de 28/02/1893.

em arregimentar professores e em manter a freqüência dos alunos⁸.

A equiparação conseguida em 1901 foi cessada em 1911. A esse respeito, leia-se relatório do Diretor do Liceu referente ao ano de 1913:

A lei Rivadavia⁹ sangrou-o quase no coração. O velho estabelecimento, orgulho dos campistas, ia morrer exaurido pela falta de frequencia. Sua matricula, que fora elevadissima ainda nos tempos da monarchia, quando não tinha elle exames validos, os quaes eram feitos geralmente no Rio de Janeiro, baixou pavorosamente ao minimo de oito alumnos, sendo cinco gratuitos! E assim atravessou o Lyceu o anno de 1913, numa agonia pavorosamente desoladora. Mas o governo acudiu a tempo, promulgando a lei da Assembleia, que dá autonomia ao nobre instituto de ensino do Estado do Rio de Janeiro. E essa noticia, por si só bastou para se fossem levantando as energias do Lyceu de Campos, cuja matricula, este anno, já monta a 35 alumnos, matricula que há de subir muito alto, no dia em que for posta em vigor a lei da assembléa, a que acima me refiro. Não sou partidario da desofficilização completa do ensino, por entendel-a perniciososa; mas a autonomia aos estabelecimentos de educação e ensino sem fiscalização do governo, é uma conquista liberal e de grande proveito para a instrução do paiz. Regulamente o governo o Decreto 1241 de 13 de março de 1912, na parte pertinente ao Lyceu de Campos, e teremos assim o salvamento do grande instituto campista. Todos que

⁸ O fato não era exclusividade do LHC. “Os preparatórios inviabilizaram as tentativas de seriação do ensino secundário e provocaram, também, um esvaziamento do mesmo. As matrículas nesses estabelecimentos, incluindo nessa lista o Gymnasio Nacional, reduziram-se drasticamente. Os alunos não chegavam ao fim do curso, pois a eles não importava a freqüência, uma vez que os exames parcelados lhes garantiam o ingresso nos cursos superiores” (LLOPIS, 2006, p. 198).

⁹ A Lei Rivadávia Correia, de 1911, proporcionava total liberdade aos estabelecimentos escolares, tornando a presença facultativa e des-oficializando o ensino.

somos professores delle não anciamos (sic) por outra coisa senão essa medida, recebendo em troca o governo a segurança de que seremos dignos, commo até hoje, no cumprimento de nossos deveres.

O Decreto a que o Diretor Viveiros de Vasconcellos se refere¹⁰, instituiu o Regulamento do Ensino Secundário e Normal do Estado do Rio de Janeiro e tornava o LHC um anexo da Escola Normal de Campos¹¹. Sobrevivendo à custa da matrícula da Escola Normal, somente em 1915 foi o Liceu novamente equiparado ao Pedro II.

Na Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho, em 1911, constata-se que a longa tradição do educandário foi um dos motivos que levou as autoridades a não fechar o LHC e estabelecer a nova legislação, que respondia aos lineamentos da legislação federal:

Não houve tempo para fazer a reforma do ensino normal e secundario. A transformação por que passou o ensino secundario federal impõe-nos radical modificação no nosso estabelecimento equiparado ao Gymnasio, de longos annos existente em Campos; mas, em homenagem ao instituto de ensino de fulgurantes tradições que é o Lyceu, d'onde, aparelhados para a defesa dos mais nobres ideaes, tem sahido tantos fluminenses illustres, não devemos permittir o seu desaparecimento. Convirá, sim, adaptal-o á reforma federal de instrucção, conjugando-o á Escola Normal, de maneira que se

¹⁰ Decreto nº 1241 de 13 de março (expediente de 16/3/1912).

¹¹ “As disciplinas serão leccionadas nas proprias aulas da Escola Normal, ou em aulas especiaes, se assim o exigir a frequencia, havendo aulas distinctas de inglez, latin, algebra, geometria e trigonometria” (Art. 4º). Nas Disposições Transitórias diz: “Art. 1º- O pessoal administrativo do Lyceu de Campos será o mesmo da Escola Normal dessa cidade, sem mais remunerações. Art. 4º- Na regencia de cadeiras novas ou vagas nas escolas normaes poderão ser aproveitados lentes ou professores vitalicios do Lyceu de Humanidades de Campos”.

complete os cursos dos dous estabelecimentos, fornecendo aos estudiosos os conhecimentos exigidos para a admissão nos cursos superiores, sem descurar o ensino de humanidades, base indispensavel de uma cultura seria e cujas limitações, em proveito do ensino especializado, estão levantando, em outros paizes, energica reacção (p. 24 e 25).

Outra legislação, o Decreto de nº 1420 de 1915¹², determina que *o ensino do Lyceu de Campos será regulado pelos programmas do Colegio Pedro II, enquanto a Congregação do Lyceu não entender dever modificá-los, caso em que só terão execução depois de aprovados pela autoridade competente*¹³.

Como afirma Boynard (2006), o aumento paulatino do alunado do LHC¹⁴ e a conseqüente redução do espaço para a Escola Normal e Modelo, teve impulso maior em 1916, quando, em 1ª de março, o Sr. Carlos Maximiliano, Ministro da Justiça,

assignou a portaria, equiparando aos estabelecimentos officiaes de ensino, os seguintes: Faculdade de Medicina de Porto Alegre; Escola Polytechnica da Bahia; Escola de Pharmacia de Ouro Preto; Gymnasio da Capital do Estado de São Paulo; Gymnasio de Campinas; Gymnasio de Ribeirão Preto; Gymnasio Espiritosantense; Lyceu de Humanidades de Campos; Lyceu Paraibano e Lyceu Cuiabano (Jornal MONITOR CAMPISTA, 03/03/1916).

¹² Parágrafo 2º do Art. 4º do Decreto nº 1420, de 13/04/1915 (Expediente de 15/04/1915).

¹³ Pode ter sido em decorrência da Reforma Maximiliano, de 1915, que, em reação à Lei Rivadávia, re-oficializa o ensino e regulamenta o acesso às escolas superiores.

¹⁴ Documento existente no arquivo do Liceu mostra que em 1908, num total de 94 alunos, apenas 6 concluíram o curso do Liceu. Em 1913, a matrícula foi de 10 alunos; em 1914, de 36; em 1915, de 85; em 1916, de 102 alunos. Por sua vez, a matrícula da Escola Normal manteve, no mesmo período, matrícula média entre 120 e 140 alunos.

Após a nova equiparação ao Colégio Pedro II, em 1916 o Liceu passa a seguir currículos e programas do educandário-modelo. Alguns documentos do Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos (AHLHC) ratificam essa informação: naquele ano, a secretaria do LHC recebeu correspondência de candidato a prestar exames na escola, solicitando encaminhamento de programas, para estudo. A resposta foi a seguinte: *não podemos enviar copias de programmas que são por de mais longos e que elle arranje os programmas do Pedro II, que lhe servirão de guia.*

Anos depois, em 1919, o Prof. Sebastião Viveiros de Vasconcellos encaminha documento ao Diretor do Liceu, no qual diz ser o seu programa para as cadeiras de Português e Litteratura, *para aquele ano, o mesmo do Collegio Pedro II e, em Relatório referente ao ano de 1923, o Diretor de então, diz: Equiparado a collegio de D. Pedro II, de acordo com o decreto 11.530¹⁵, mantem o Lyceu o curso seriado do 1º ao 5º anno.*

Em 1926, foi aprovado o Regulamento do LHC¹⁶. O Art. 1º do Capítulo 1 diz que

O Lyceu de Humanidades de Campos equiparado ao Collegio 'Pedro II', e, para esse effeito, obediente aos seus programmas, com o mesmo plano de ensino, é um estabelecimento publico estadual de instrucção secundaria, que, funcionando sob a forma de externato mixto, tem por fim proporcionar aos seus alumnos cultura sufficiente, não só para que possam matricular-se em cursos superiores- de faculdades officiaes ou a estas equiparadas- como para o melhor desempenho dos respectivos deveres civicos.

¹⁵ Em outro documento, relativo à Instrução Pré-Militar do LHC na década de 1930, a efetivação do processo de equiparação se deu pelo Decreto de nº 4081 de 13/6/1901.

¹⁶ Pelo Decreto de nº 2.181 de 12/07/1926 - aprovado pela Lei de nº 2112 de 27/11/1926.

Entretanto, em abril do mesmo ano, importantes documentos, quais sejam “Relatórios de professores do Liceu ao Diretor Dr. Antonio Bastos Tavares, a respeito dos programas de ensino adotados” demonstram que a “obediência aos programas” do Pedro II, prevista em Regulamento, não foi observada, de forma radical, pelos docentes da escola campista.

Segundo Thiers Martins Moreira, professor de Português, *o programma do Pedro II [...] não se pode seguir na mesma ordem alli indicada, senão que se queira ao obedece-lo, não attender ao preparo, de momento, das varias turmas. Resolvi, portanto, dar-lhe a feição de immediata applicabilidade efficiente.*

Iolande Hamberger, professora de Desenho, diz: *“Julgando bom o programma do D. Pedro II, pretendo adoptal-o com algumas modificações, isto é, alterando a ordem das lições e passando para o 1º anno a 1ª parte do programma do 2º”.*

Helio Gomes, interino da cadeira de Instrução Moral e Civica e Philosophia do Lyceu de Humanidades de Campos fala da inclusão das cadeiras Instrução Moral e Civica e Philosophia no curso geral de preparatórios pela ultima reforma de ensino e reafirma a importância da criação de Moral e Cívica:

Em um pais como o nosso, que se governa por si mesmo, onde cada individuo participa livremente por seu voto da direcção dos negocios publicos, como admittir que a maioria dos homens permaneça na ignorancia das suas obrigações politicas e sociaes?

Na área das Ciências, Theophilo Carlos de Gouvêa, Professor de Física e Química, relata que *vem seguindo o programma do Collegio D. Pedro II [...] e adota os seguintes livros: Physica- N. de Gouvêa e Chimica- Leonel França e Pecegueiro.*

Outro registro significativo é o do Professor Ruy Pinheiro, interino da cadeira de História Natural:

Relativamente aos programmas, tenho adoptado o do Collegio Pedro II, modificando-lhe a ordem que nelle, a

meu ver, é contraria a boa Pedagogia. Effectivamente, iniciando os estudantes a Physica e a Chimica ao mesmo tempo que a Historia Natural, impossível se torna começar o estudo desta ultima pela Biologia. Assim tenho por habito principiar os estudos pela Mineralogia, dando em primeiro lugar a crystalographia. Para esta são sufficientes as noções de Geometria e Desenho trasidas pelos alumnos dos annos anteriores. Terminada a Mineralogia, passo á Botânica descriptiva e depois á Taxionomia, dando, para terminar o 4º anno o estudo do corpo humano. No 5º anno, com os alumnos possuidores de um anno de estudo de Physica e Chimica, dou todo o resto do programma sem que os estudantes encontrem dificuldade maior. Ao terminar o curso o programma do Collegio Pedro II está cumprido e maior foi o proveito menor havendo sido as difficuldades.

Como se pode observar, a trajetória do LHC está permeada pelos compassos das políticas oficiais, elaboradas ao unísono com as decisões tomadas para o colégio modelar do Estado. Essa dependência administrativa e pedagógica interferia, por vezes, no funcionamento do Liceu de Campos, tendo havido, inclusive, o risco de fechamento da escola.

Nessa questão, as fontes demonstram certa prática, de autonomia e senso crítico, dos docentes do LHC em relação às orientações emanadas pelos órgãos superiores: os programas do Pedro II eram seguidos, sim, mas não sem resistências e modificações. Parte dos professores, ou adaptavam os programas-padrões das disciplinas à realidade de suas classes ou, simplesmente, os alteravam, a partir de argumentos didáticos e pedagógicos bem fundamentados, conforme vimos anteriormente.

Ressalte-se que, na documentação estudada, não há indícios de cerceamento, por parte de diretores do Liceu, às referidas iniciativas de lentes e catedráticos campistas. Há, em abundância, referências ao currículo formal do LHC em diversas épocas de sua longa existência. Atendo-nos aos limites temporais e

espaciais desse trabalho, apresentamos, adiante, algumas considerações sobre o tema.

O currículo escolar e seus suportes materiais

O currículo do LHC, no período estudado, foi sofrendo alterações de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes que, por sua vez, respondiam às correntes pedagógicas em efervescência que, no Brasil, como relatado, passavam pelo crivo do Colégio Pedro II, apesar de regulados pela legislação da própria Província e, posteriormente, do Estado.

Na etapa inicial da instituição, o curso não era seriado. Os “cursos” estavam compostos por “aulas” de “portuguez, francez, latim, inglez, mathematicas, historia, geographia, philosophia e rhetorica”, para as quais os alunos faziam inscrições avulsas. Dentre as aulas mais procuradas encontravam-se: Geografia (60 alunos), seguida de Português (66) e Francês (70 alunos).

A matrícula, ao longo do século XIX, era requerida por disciplina, à escolha dos estudantes, como mostra a reprodução do documento a seguir, referente ao ano de 1884:

DISCIPLINAS	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
Arithmetica		41		38	
Álgebra		5		5	
Geometria			8		
Geographia	45	41	33	31	
Historia	5	7	3	2	
Portuguez					66
Inglez					19
Latim			28		
Francez					70

Figura 1 - Fonte: Livro de Matrícula de Alunos, AHLHC.

É possível observar que, dentre as disciplinas procuradas pelos alunos liceístas, naquele ano, destacam-se as de base humanística, como Geografia, Português, Francês, Latim e Inglês. Ressalte-se, contudo, a procura pelas ciências da Aritmética, Álgebra e Geometria.

Os programas das diversas cadeiras do LHC eram aprovados por um júri composto por dois professores, que julgavam se satisfaziam ou não ao fim a que eram destinadas. Assim vemos, no ano de 1897, os pareceres dados às disciplinas consideradas por grupos (Documento do AHLHC, transcrito):

Português – não satisfaz ao artigo 5º do regulamento dos Liceus do Estado e nada esclarece, nada orienta a respeito do estudo desta língua, limita-se a ditado, análise léxica e sintática e descrição. Antologia de Fausto Barreto; Gramática de João Ribeiro do 3º ano;

Latim e Grego – parece mais um catálogo de livros do que um programa de ensino, quase nada acrescenta ao aluno, bons livros indicados;

Inglês – a gramática foi desdobrada em 90 pontos o que não é pedagógico, a taxonomia das palavras deve ser estudada juntamente com a morfologia;

Alemão – não está bem confeccionado, verbos em abundância e sem lógica;

Geografia – o programa não é mau, mas não dá ao aluno a noção precisa para fazer estudo, limita-se ao estudo da geografia política e física;

Chorografia do Brasil – constam 2 pontos compreendendo o estudo da estrutura do solo, metodologias, modificações físicas e sociais, idéias gerais;

Geometria e Trigonometria - bem distribuída e suficientemente delineada;

Ciências Físicas e Naturais – organizado tendo em vista ao bom ensino destas disciplinas no Liceu de Campos.

Escrituração Mercantil - não apresenta considerações.

Este documento é elucidativo da reflexão e indagações dos docentes a respeito dos programas das disciplinas antes da Equiparação da instituição ao Colégio Pedro II. Desvela, também, elementos da cultura da instituição, tensões entre os sujeitos, estratégias de resistência, subordinação a normas representadas em documentos oficiais, o que explicita a “complexidade dos processos de escolarização” que menciona Magalhães (1998), complexidade que se manifesta na

relação histórica entre uma instituição em debate e construção, com a sua especificidade; por um lado, as culturas, os públicos, as políticas, tomadas nas suas acepções conjunturais e estruturais, mas também nas suas especificidades locais, por outro e por fim os sujeitos e os agentes, suas práticas, expectativas, representações e apropriações (p. 58).

Os movimentos da política relativa ao ensino secundário, mencionados no item anterior, repercutiram profunda e diretamente não só nos conhecimentos, mas em variados aspectos da cultura do LHC, como demonstram documentos recebidos pela escola. Dois ofícios, com teor baseado em legislação educacional, dão mostras das dificuldades enfrentadas pelas escolas com a *freqüência* dos alunos, naquele tempo. No Ofício de 18/2/1888, o governo autorizava os professores a continuar lecionando as disciplinas até o final do ano, mesmo com freqüência reduzida, desde que esta não fosse inferior a dez alunos por classe (Portaria de 3/10/1885 relativa ao artigo 34 do Regulamento de 1885).

O aluno tinha suas obrigações com a freqüência, como esclarece o outro documento, baseado no artigo 99 do Regulamento de 16/12/1876. Estava sujeito à eliminação da matrícula o aluno que faltasse aulas consecutivas por 30 dias sem motivo justificado.

Aspecto relevante a ser considerado no estudo sobre o ensino secundário no Brasil, e no Liceu de Humanidades de

Campos, em particular, é, sem dúvida, o movimento constante entre suas bases humanística e científica, ou entre as “humanidades” e as “ciências” no decorrer do tempo, como se pode observar no quadro comparativo abaixo apresentado.

CURRÍCULOS DO LHC		
1910	1920	1927
Portuguez, Litteratura e Lógica	Portuguez do 1° ao 3° anno	Portuguez do 1° ao 3° anno ♦
Desenho		Desenho do 1° ao 3° anno ♦
Latim e Grego	Latim no 2° e 3° anno	Latim do 2° ao 4° anno ♦
Allemao	Francez do 1° ao 3° anno	Francez do 1° ao 3° anno
Inglez	Inglez do 1° ao 3° anno	Inglez do 1° ao 3° anno
Historia Universal e do Brazil	Historia Universal no 3° e 4° anno	*
	Historia do Brasil no 5° anno	Historia Geral e do Brasil do 2° ao 5° anno
Geographia Geral, Cosmographia	Geographia no 1° e 2° anno	Geographia no 1° anno
Chorographia do Brazil	Chorographia do Brasil no 2° anno	Chorographia do Brasil no 2° anno
	Philosophia e Logica no 5° anno	Philosophia no 5° anno
		Instrução Moral e Cívica no 1° anno
Arithmetica	Arithmetica no 1° e 2° anno	*
	Algebra no 2° e 3° anno	Algebra no 3° anno
	Geometria no 3° e 4° anno	Geometria no 4° anno
		Trigonometria no 4° anno
Sciencias Physicas e Naturaes	Physica no 4° anno	Physica no 4° e 5° anno
	Chimica no 4° anno	Chimica no 4° e 5° anno
	Physica Chimica no 5° anno	-----

	Historia Natural no 4° e 5° anno	Historia Natural no 4° e no 5° anno
Cosmographia	Cosmographia no 5° anno	Cosmographia no 5° anno
	Exercicios militares	<p>* <i>Disciplinas previstas no Regulamento LHC/1926, mas não ministradas em 1927.</i></p> <p>◆ <i>Disciplinas previstas no Regulamento do LHC/1926 em séries diferentes das realmente ministradas pela escola, em 1927.</i></p> <p>- Em 1927 não houve o 6° ano no LHC, como previsto no Regulamento de 1926. Por isso não foram dadas as disciplinas Litteratura Brasileira e das Linguas Latinas, Historia da Philosophia e Sociologia.</p>

Figura 2 - Fonte: Documentos do AHLHC. Os dados relativos às disciplinas do ano de 1910 foram retirados de documentos relativos aos professores; do ano de 1920 foram extraídos de quadro-horário; de 1927, do regulamento do Liceu (*Decreto de n° 2.181, de 12 de julho de 1926*) confrontado com relatórios dos professores.

Para Gasparello (2002), o conceito de humanidades esteve historicamente marcado pelos sentidos de nível “intermediário” e “preparatório”, que acompanharam a evolução semântica do termo, associado à noção de “estudos secundários”. A busca na definição da “identidade” do secundário seguiu, desde meados do século XIX até a Primeira República, em debates parlamentares e educacionais, que o associavam – aceitando ou criticando - ao estudo das *humanidades clássicas*. Citando discussões estabelecidas na França, a autora afirma

○ ensino de *humanidades* fundamentava uma concepção de *cultura* afastada de qualquer *utilidade imediata* representada pela idéia de exercício profissional. ○ secundário deveria ser *desinteressado*, isento de finalidades consideradas menores e particulares, em favor de uma

utilidade superior – a preservação da cultura humanística – que significava a identificação da elite com essa cultura. (p. 12).

No LHC, no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX, a visão humanística predominava no número de disciplinas ministradas. Essa constatação se apóia no currículo relativo ao ano de 1884 (Fig. 1) e no de 1910, apresentados acima (Fig. 2).

Por outra parte, a ênfase nas humanidades se reitera e/ou manifesta em diversos documentos que perpassam os muros da escola. De acordo com o médico e historiador campista Barbosa Guerra (Boletim do AHLHC, 1891), diz Mucio da Paixão¹⁷

que as origens da sua geração literária se devem a três fatores primaciais: criação do Liceu de Humanidades, aparecimento da “A Aurora” e publicação da “Gazeta do Povo”. E demonstra o saudoso historiador campista, sua perfeita segurança como esses três acontecimentos tiveram notável repercussão na formação literária dos jovens estudantes, produzindo conseqüências morais e intelectuais, cujos benefícios estamos fruindo no presente.

Ainda segundo Guerra, foi a revista “A Aurora” que teve a primazia de registrar os primeiros ensaios literários dos alunos, segundo afirmativa de Theophilo Guimarães: *“quando em 1885-1888 a mocidade liceísta batendo às portas da imprensa campista as achou fechadas, tollendo-lhes os vôos da imaginação de moços entusiastas, foi a “A Aurora” que a acolheu com prazer”*. E acrescenta ainda que *“o veiculo não era, em verdade, muito elegante e nem comportava muitos escrevendo a um só tempo. Daí a fundação de ‘O Lábaro’ e do ‘O Diaphano’, que tiveram vida breve, pelo que*

¹⁷ Professor do Liceu e da Escola Normal de Campos (1895 a 1925); Diretor interino do Liceu (1924 e 1925); Poeta; Teatrólogo, Jornalista colaborador da Revista “A Aurora” e dos jornais “A República” e “A Gazeta do Povo” (CORDEIRO, 2007).

aqueles estudantes voltaram a “A Aurora” onde continuaram por muitos anos”.

Foram esses os primeiros periódicos fundados por alunos do Liceu, prática que se tornou freqüente até há pouco tempo. De acordo com o Boletim de nº 2 do AHLHC, entre os anos de 1887 e 1920 foram criados, no Liceu, 23 jornais estudantins. Dentre esses, podemos citar: “O Lábaro” (1887; 1917; 1925), “O Diaphano” (1887); “O Testamen” (1887); “A Revolução” (1889); “O Dia” (1890); “O Republicano” (1896); “O Futuro” (1896); “O Beijo” (1897); “O Porvir” (1897); “A Pátria” (1897); “O Iracema” (1897) em substituição a “O Beijo”; “O Rebate” (1898); “O Metralha” (1899); “A Estrea” (1901); “O Ideal” (1902); “O Mérito” (1904); “Florilégio da Mocidade” (1908); “Sirius” (1909); “O Ideal” (1913); “O Parnaso” (1921;1925); “O Exemplo” (1922); “O Estudante” (1925); A Phenix (1927); “A Mocidade” (1929), sendo que estes dois últimos sobreviveram ao passo do tempo no AHLHC:



Jornais elaborados pelos alunos nos anos 1929 e 1927, respectivamente.

No jornal A Mocidade (capa), do dia 14 de julho de 1929, há uma coluna intitulada “Palavras de Louvor”, escrita por Agostinho dos Santos, que retrata a produção literária dos liceístas: *“Todos escreviam; poetas incipientes e prosadores neophytos, a pouco e pouco, se iam tornando escriptores [...]”*. Na p.2, continua: *“Cá do jardim, sentados sobre o grammado, voltavamos, repetidas vezes, os olhos para o enorme casarão do Lyceu, que, ufanoso, presenciava o despertar de intelligencias precoces, de cerebros bem formados, patrimonio seu, que lhe perpetuaria o nome, com a brilhante aureola que ficou!”*.

Outra prática que tomou forma no Liceu foram os grêmios literários. Desses, a existência de um no ano de 1888 está registrada sob a forma documental. Em Ofício datado de 28 de fevereiro, a Diretoria de Instrução da Província escreve ao Diretor do Liceu:

Comunico a V.S^a. em resposta ao seu officio de 12 do corrente mez, que a Presidencia da Provincia, a quem dei conhecimento do conteudo do mesmo officio, approvou por despacho de 24 o deferimento que V.S^a. deu no requerimento em que alguns estudantes desse Lyceo pedirão uma sala no edificio do estabelecimento onde podesse celebrar suas sessões o Gremio Litterario que intentão fundar.

Dando conhecimento da decisão do governo provincial cabe-me declarar que fico inteirado de que as sessões do Gremio, que fica sob a immediata fiscalisação de V.S^a., só terão lugar sob a garantia da ordem, da decencia da linguaagem e da observancia dos preceitos estabelecidos no regulamento do Lyceo.

Ao lado dos textos literários e das reuniões para tratar de poesia e prosa, o espírito científico, representado de modo especial nos conteúdos e Laboratórios das disciplinas Física, Química e História Natural, não estava ausente. São várias as correspondências (Ofícios) trocadas entre a Diretoria da Instrução

Pública do Estado do Rio de Janeiro e Diretores do LHC e Escola Normal de Campos sobre o tema.

Isto porque, pela Reforma de 1890, do Ministro Benjamin Constant, procurou-se substituir a tradicional base humanista do ensino secundário por uma outra de caráter mais científico, sob inspiração do positivismo comteano, refletindo as mais recentes tendências educacionais européias. Com isto, modificaram-se os programas do Pedro II, então denominado Gymnasio Nacional (MORAES, 1997; LORENZ, 2004) o que, paulatinamente, influenciou na cultura das escolas a ele equiparadas.

Como já explicado, 1895 é o ano que marca a instalação dos Laboratórios de Física e Química no LHC e na Escola Normal anexa. Esse fato, representativo da importância adjudicada, à época, às ciências naturais, foi precedido de lento processo de aquisição de armários, utensílios, reagentes e outros materiais específicos para a experimentação.

Entre setembro e outubro de 1896 há três documentos relevantes no Arquivo Histórico do Liceu. O primeiro, é Ofício expedido em 21 de setembro, pelo Diretor de Instrução do Estado, que comunica o seguinte: *tendo o ex-Director desses institutos communicado em officio de 22 de Agosto ultimo achar-se prompta a sala destinada ao funcionamento dos gabinetes de Physica e Chimica, recommendo-vos que providencieis no sentido de serem ellas installadas.*

No segundo, de 28 de setembro, o Dr. João Manuel da Silva Tavares, lente de Ciências Físicas e Naturais escreve ao Diretor do Liceu:

Achando-se promptas as salas onde devem ser installados os gabinetes de Physica e Chimica do Lyceu de Escola Normal de Campos e urgindo acondicionar convenientemente os appparelhos e mais objectos que lhes são destinados, em beneficio de sua conservação, para o que faltam armarios apropriados, peço-vos providencieis afim de serem fornecidos aos gabinetes supramencionados

os armários precisos e indispensáveis ao acondicionamento apontado.

Por fim, em 6 de outubro, o Diretor da Instrução autoriza o Diretor do Liceu e Escola Normal de Campos a *mandar construir 2 armários, com 2,00 de altura, 0,75 de largura, e 2,50 de comprimento, para melhor serem guardados os aparelhos pertencentes aos gabinetes de physica e chimica desses institutos.*

No ano seguinte, 1897, o processo de estruturação dos laboratórios do LHC teve continuidade. Em 12 de março, o lente das disciplinas Física e Química escreve ao Diretor: *Sendo indispensavel para as aulas praticas de physica e chimica nos gabinetes do Liceu e da Escola Normal de Campos o gas de illumination e não havendo nos referidos institutos de ensino canalisação para esta substancia, peço-vos providencieis para que se faça no mais breve espaço de tempo a canalisação necessaria.* A resposta da Instrução Pública chegou no dia 17 do mesmo mês.

Sr. Doutor Manoel Francisco de Oliveira, director do Lyceu de Humanidades de Campos e Escola Normal de Campos

Declaro-vos, para vosso conhecimento e em resposta ao vosso telegrama hoje recebido, que foi encarregado pelos fornecedores, conforme comunicação verbal por elles feita nesta repartição, o engenheiro do Estado, residente nessa cidade, Dr. Leopoldo Gorga Moreira da Rocha, da montagem da mesa de Wurtz destinada aos trabalhos das cadeiras de sciencias physicas e naturaes desse Estabelecimento, convindo que vos entendas com o mesmo engenheiro para a realisação daquelle serviço.

Um fato novo, naquele momento, em atendimento à legislação, foi a nomeação de um Preparador de Gabinetes de Física e Química. Em 14 de abril foi nomeado, interinamente, para o cargo, o Sr. Theophilo Carlos de Gouvêa, lente de Ciências

Físicas e Naturais do LHC desde 1907¹⁸. De acordo com o Decreto de nº 1241 de 1912¹⁹, *os laboratórios, gabinetes e observatório meteorológico ficarão sob a immediata responsabilidade dos respectivos docentes.*

As ações para equipar os gabinetes do Liceu persistem no decorrer dos anos, como demonstram Relatórios de Diretores. Em Relatório expedido em 1913, o diretor do LHC solicita, a órgão estadual competente, a aquisição de novos aparelhos para os gabinetes de Física e Química. Informa, ainda, que no gabinete de Física foram consertados inúmeros aparelhos; e que o de Química encontra-se completamente desprovido e em deplorável estado. Nos relatórios dos anos letivos de 1915 e 1916 o Diretor Antonio Joaquim de Castro Faria relata:

Com a reforma dos aparelhos do gabinete de Physica, que esta Directoria autorizou que se fizesse pela verba “Custeio da Escola Normal e Lyceu de Campos”, em 1914, ficaram elles em condição de serem utilizados; por esse motivo, possuem hoje estes estabelecimentos alguma coisa boa no sentido, quando, até aquella data, era lamentavel o estado dessa dependencia, fartamente descripta em relatorios anteriores. Pelo de Chimica nada se poude fazer, em vista da actual conflagração européa, apesar de que já estivesse encommendado no mesmo anno a uma casa franceza e por conta da dicta verba, um excelente laboratorio que viria completar a obra de remodelação encetada por esta directoria. O lente dessa ultima disciplina continua, por esse motivo, impossibilitado de proceder á minima demonstração pratica da sciencia cuja theoria ensina (1915).

Outro Relatório, escrito em 1924, diz que *Os gabinetes de Historia Natural precisam de: histologia normal; tecidos animaes e*

¹⁸ Fonte: Livro de termos de posse e exercício dos professores e demais funcionários da Escola Normal de Campos e Lyceu de Humanidades de Campos, de 1918. Arquivo Histórico do LHC.

¹⁹ Art. 134, Parágrafo único.

cellulas, exemplares de mamíferos, aves, répteis, batracios e peixes-avisar que facilmente se obtem no Museu Nacional.

Três anos após, em 1927, em relatório ao Diretor do Liceu, o professor Ruy Pinheiro, interino da cadeira de História Natural, toca na questão e denuncia:

Não há, para o ensino da Botânica nem da Zoologia absolutamente nada (grifo do autor). É materialmente impossível o ensino pratico bem como o “exame pratico” do fim do anno é um verdadeiro myto. Em setembro de 1923, depois de muito instado pelo então director, Dr. Alberto Lamego²⁰, o Dr. Aurelino Leal²¹ destinou uma pequena verba para o gabinete de História Natural. Fui ao Rio de Janeiro, correndo as despesas de estadia e passagem por minha conta pessoal, e, acompanhado por um funcionario da Comissão de Compras, percorri todas as casas capazes de fornecer o material necessário, procurando os preços mais vantajosos. Assim foram adquiridas diversas peças de anatomia clássica [...] e numerosos reagentes para o gabinete de chimica, bem como um excellent microscópio. A estreitesa da verba para mais nada dava. Em 1924 consegui que o museu nacional enviasse uma colleção de 250 mineraes que se encontram hoje catalogados e guardados num armário obtido a muito custo em 1927. Não há uma colleção de plantas, de insectos, nada que permitta um estudo objectivo. Resulta disto o fastio inevitável do ensino theorico e o pouco aproveitamento do estudante.

Fotografia do Gabinete de História Natural, provavelmente do ano de 1940, demonstra que, aos poucos, a situação foi revertida para melhor. Nela pode-se observar a existência de material didático como: esqueleto articulado, “phonographo Edison”, mural, etc. registrados também em documento intitulado “Inventario dos aparelhos existentes nos

²⁰ Alberto Frederico de Moraes Lamego, autor de *A Terra Goitacá: à luz de documentos inéditos*. Niterói: Diário Oficial, 1943.

²¹ Presidente da Província do Rio de Janeiro.

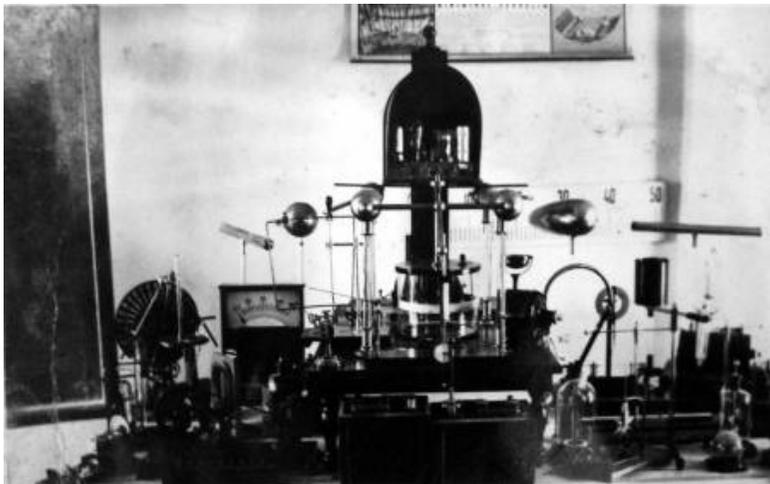
gabinetes de Physica, Chimica e Historia Natural do Lyceu de Campos, 1920”.



Fonte iconográfica do AHLHC: Gabinete de Química.
Vasos, Funis, Reativos, Balcões, Tubos de ensaio...



Fonte iconográfica do AHLHC: Gabinete de História Natural.
Minerais; Coleções; Esqueleto articulado; Conchas...



Fonte iconográfica do AHLHC: Gabinete de Física.

Microscópios; Bateria de Leyde; Reprodutor de espectro solar;
Balanças; Tubos; Bicos Bunzen a gás; Recipientes de vidro...

Esse mesmo inventário faz referência aos materiais existentes nos Gabinetes de Física e Química do Liceu de Campos.

As belas imagens capturadas pelo fotógrafo desconhecido nos permitem entender a cultura material do ensino secundário do LHC e os suportes da materialidade das práticas “científicas” vivenciadas na escola antes da segunda metade do século XX. Com efeito, ao atender atentar para os componentes essenciais que constituem a cultura material da escola, Viñao (2002) destaca os materiais didáticos e escolares, junto com os espaços edificadas e não edificadas e o mobiliário. Já Moreno (2007) reforça a idéia de que os espaços aonde se desenvolvem as atividades educacionais, as aulas, os pátios, o mobiliário e os objetos existentes nas escolas são elementos carregados de significado, que nos informam do interior dos processos educativos, das práticas, das metodologias dos docentes, da organização das escolas, das relações entre os alunos,

dos professores, das administrações, da instituição escolar, e da sociedade.

Nesse sentido, os jornais escritos pelos alunos, os relatórios elaborados pelos professores nos quais se explicita a necessidade de comprar determinados elementos ou materiais didáticos, assim como os próprios objetos retratados nas fotografias, parecem falar por eles próprios de um cotidiano distante, mas que caracteriza a instituição escolar em questão e a própria história do ensino secundário no Brasil.

Entre as ciências e as humanidades: vestígios do ideário pedagógico – Considerações finais

Neste trabalho foram apresentados vestígios de práticas realizadas, por mais de quarenta anos, no LHC. Nesse sentido, em nossa argumentação, não pudemos deixar de observar as orientações dadas pelo Colégio Pedro II, em especial pelo caráter modelar de seu ensino, mas, também, pela forma como as normas e regras dele emanadas foram apropriadas pelo instituto equiparado do interior fluminense, cujos professores não deixaram de exercer sua profissão com certa autonomia, resistências e práticas crítico-reflexivas, sendo *eco*, muitas vezes, de vozes autorizadas que circulavam no ideário pedagógico da época.

Aludindo aos currículos do Pedro II, Lorenz (2004) afirma que *o plano de estudos, de um lado era tradicional, devido à ênfase dos estudos humanísticos; ao mesmo tempo, era moderno e progressista por contemplar os estudos de matemática e um programa completo e integrado de estudos das Ciências Naturais e Sociais* (p. 50).

Da mesma forma, no LHC é possível determinar a forte vocação humanística do ensino ali ministrado, desde sua origem imperial. Todavia, a materialidade das práticas, expressada em ofícios, correspondências, lista de compras de livros e equipamentos, inventário de material e equipamentos dos

Gabinetes de Física, Química e História Natural (1920), acervo da Biblioteca, dentre outros documentos, evidencia que, já a partir de 1895, as ciências físicas e naturais passaram a exercer importante papel nos currículos e programas da escola, como exigência prévia ao instituto da equiparação que se daria em 1901. A partir de então, o Liceu de Campos passou a seguir o currículo do Colégio Pedro II, o que permitiu à escola realizar exames que habilitavam ao ensino superior e ostentar, com mais força, a credencial de “excelência e distinção” no ensino, referência que perdurou pelos anos.

Atendo-nos à periodização delimitada neste estudo, podemos afirmar, no entendimento que se fez possível pela análise das fontes documentais escritas à luz da historiografia competente que, até os anos de 1930 o LHC preocupou-se com o desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais –cujo número de disciplinas cresceu a partir da década de 1920- sem, contudo, abandonar o ensino das humanidades -Letras e Literaturas- fazendo jus ao seu nome, característica que marcou, profunda e historicamente, a cultura da instituição e da cidade.

Referências

BOYNARD, M. A. de A. P. “A Escola Modelo da Escola Normal de Campos: o caso da Seis de Março (1916-1932)”. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal Fluminense, 2006, Cap. 4, p. 99.

CORDEIRO, H. G. e Guto. (Coord). *Guia Histórico. Resgate da História do Cemitério do Caju*. CODEMCA. Campos: Gráfica Lobo, 2007.

CUNHA, L. A. “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, L. M. de;

VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 151-204.

FAGUNDES, P. A reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos - RJ (1931-1942). *Dissertação de Mestrado*, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2004.

GASPARELLO, A. M. O Colégio Pedro II e as humanidades: A invenção do secundário. *Anais da 25a. Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: Educação: Manifestos, lutas e utopias*, Caxambu-MG, 2002. 1 CD-ROM.

LLOPIS, R. José Veríssimo Dias de Mattos: um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898). *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal Fluminense, 2006.

LORENZ, K. Ml. O Collegio de Pedro II e a Modernização do Currículo da Escola Secundária Brasileira. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). *Escola e Modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, S.P.: Editora Alínea, 2004.

MARTINEZ, S. A. A Escola Normal de Campos: uma trajetória na formação de professores no norte fluminense (1894-1954). *Relatório de Pesquisa*. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/FAPERJ, 2004, circulação restrita.

MARTÍNEZ, S. A. O estudo histórico da cultura escolar: Da organização do arquivo ao projeto do museu do Liceu de Humanidades de Campos (RJ, Brasil). In BENITO, Agustín Escolano (Org.). *La cultura material de la escuela*. En el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007. Salamanca, Gráficas Varona, S.A., 2007, pp 289-303.

MARTÍNEZ, S. A.; BOYNARD, M.A.A.P.; GANTOS, M. C. Arquitetura, Escola e Memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, MG, 2006, v. 5, p. 161-174.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. *Anais do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 1998.

MORAES, J. Q. de. O Positivismo nos anos 20, entre a Ordem e o Progresso. In: DE LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. da (Orgs.). *A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MORAES, N. F. R. de. Liceu de Humanidades de Campos. Lutas e conquistas em torno da sua criação e implementação. Campos, 1880-1886. *Monografia* de final de curso. Bacharelado em Ciência da Educação, UENF, 2006.

MORENO, P. L. La modernización de la cultura material de la escuela pública, 1882-1936. In: BENITO, Agustín Escolano (Org.). *La cultura material de la escuela*. En el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007. Salamanca, Gráficas Varona, S.A., 2007.

VECHIA, A. A História do Brasil na Escola Secundária: sistematização e produção do conhecimento pedagógico. In: ALMEIDA, M. de L. P. de (org.). *Escola e Modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, S.P.: Editora Alínea, 2004.

VIÑAO, A. *Sistemas educativos, culturas escolares e reformas*. Madrid, Morata, 2002.

Fontes Documentais Escritas

BARBOSA GUERRA. (1981) “Jornais do Liceu”. Boletim Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, n. 2, ano 1-julho-dezembro, Campos, RJ, p.8.

Documentos variados do AHLHC

Jornal MONITOR CAMPISTA de 1916.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho, 1911.

Silvia Alicia Martínez é Mestre e Doutora em Educação pela PUC-Rio, com estágio pós-doutoral concluído na Universidade de Lisboa. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: Educação, Sociedade e Região. Contatos: silvia-martinez@hotmail.com e silviam@uenf.br

Maria Amelia de Almeida Pinto Boynard é Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Técnica de Nível Superior de Apoio à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contatos: pinto@uenf.br, maria.amelia.boynard@gmail.com

Recebido em: 15/02/2010

Aceito em: 10/06/2010